

---

## EDITORIAL

O Número 02 (mai./ago.) da Revista Sociedade & Natureza dá continuidade às publicações do Volume 27 (2015) com a publicação de onze artigos. Este número traz a contribuição sobre o pensamento de Alexander Von Humboldt marcando a intenção de apresentar as novas e interessantes (re) leituras dos clássicos da História da Geografia. O artigo ora apresentado “*Humboldt entre a filosofia da natureza e a ciência moderna*” analisa a contribuição decisiva de Humboldt para a ciência moderna num diálogo que vai além das proposições objetivistas próprias de seu tempo ao dialogar diretamente com outras vertentes teórico-conceituais também presentes. Segundo o autor do texto “*O Cosmos, portanto, se apresenta como uma totalidade a ser decifrada por meio de observações e comparações, mas também através de uma percepção estética dos fenômenos naturais*”. A importância da “redescoberta” da produção humboldtiana reside justamente na necessidade de uma compreensão mais ampla e mais profunda dos sentidos atribuídos ao conhecimento da natureza que, sem dúvida, se configuravam como um imenso desafio aos intelectuais dos séculos XVIII e XIX.

O polêmico “desenvolvimento sustentável” é tratado no segundo artigo apresentado neste número, a partir de um enfoque que busca contextualizar historicamente a questão ambiental no Brasil. Entendendo o Estado como o principal “*agente da dinâmica de gestão e do planejamento ambiental no território*”, o artigo “*Compensação ambiental: da contradição à valoração do meio ambiente no Brasil*” oferece um panorama das ações do Estado brasileiro, sobretudo a partir dos anos de 1990. Os Planos de Aceleração do Crescimento – PACs entre outras políticas são analisadas em seus desdobramentos sobre a política de compensação ambiental, importante instrumento legal lançado em 2000, com a publicação da Lei nº 9.985/2000, art. 36, a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A abordagem crítica oferecida merece atenção em vista das imensas contradições envolvidas entre o sistema de exploração vigente e uma possível compensação dos impactos ambientais através de medidas mitigadoras e de medidas compensatórias.

A questão ambiental é tema de debate também no terceiro artigo apresentado “*Áreas protegidas e ambientes urbanos: novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva*”. O conceito de *urbanização extensiva* é apropriado no sentido de compreender a dinâmica das configurações socioespaciais e organizacionais experimentadas nas metrópoles nas últimas décadas. O artigo destaca a relação intrínseca entre práticas conservacionistas e o modo de vida urbano, levando em consideração o papel e os novos significados assumidos pelas áreas protegidas no contexto contemporâneo. Assim, são destacadas as novas configurações socioespaciais observadas nas metrópoles e suas implicações na dinâmica territorial de áreas protegidas localizadas em sua área de abrangência. Os autores apresentam uma proposta bastante desafiadora no sentido da construção de uma sociedade em que múltiplos interesses podem coexistir assegurando uma participação mais ampla de vários grupos, inclusive aqueles resistentes às dinâmicas hegemônicas. Do ponto de vista dos autores é necessário dar “*visibilidade a novas territorialidades*” e estimular o “*comprometimento social, a construção de relações de confiança e o aproveitamento das capacidades e valores locais*” num movimento que articule o mundo rural e o mundo urbano em prol da conservação da biodiversidade e da promoção de desenvolvimento territorial.

A questão da água é um dos temas mais recorrentes e preocupantes dos nossos dias em todo o mundo. O quarto artigo apresentado neste número da Revista Sociedade & Natureza “*Espacio, territorio y la política del agua en las Sierras Chicas de Córdoba, Argentina*” apresenta uma discussão pertinente em torno do assunto. Trata-se de uma discussão bastante focada na questão política do uso e distribuição desse fundamental recurso. As *Sierras Chicas* encontram-se numa localização que, se muito privilegiada, também bastante vulnerável, na Província de Córdoba, região central da Argentina. Segundo o autor “*Las sierras*” sustentam os mananciais de água da região e são fonte de outros recursos que sustentam as atividades produtivas e as dinâmicas populacionais da área. Os problemas hídricos vêm se manifestando há pelo menos dez anos e estão, essencialmente, ligados a

---

“los efectos de la falta de lluvias, del sostenido crecimiento poblacional de las localidades de la zona, y de la falta de inversión en infraestructura por parte del Estado, entre otras razones”. O autor apresenta uma abordagem que liga diretamente o problema da água às articulações políticas sobre o território. Nesse sentido, conclui que “Debido a que el agua es un recurso natural, el problema del espacio-territorio es central en la cuestión hídrica. Como decíamos, las acciones en torno a la crisis hídrica en la zona inciden sobre el espacio-territorio, y en muchos casos la organización territorial establecida es objeto de intervención social y política planificada”.

A proposição apresentada pelo artigo “Avaliação quantitativa do uso dos recursos hídricos em unidade de conservação. Estudo de caso do Parque Estadual Serra do Mar”, constitui-se em fundamental contribuição aos estudos dos recursos hídricos em meio aos graves problemas vividos numa das regiões mais urbanizadas do Brasil: a Baixada Santista e o Litoral Norte. O Parque Estadual Serra do Mar - PESH constitui-se como um corredor ecológico que conecta remanescentes de Mata Atlântica e daí sua importância ímpar. Segundo os autores, no interior do PESH e em sua Zona de Amortecimento - ZA estão outorgadas 221 captações de água superficial (745.495.092 m<sup>3</sup>/ano). Como conclusão, os autores afirmam que “A grande utilização dos recursos hídricos do PESH é um forte argumento para a implantação de uma política de PSA [Pagamento de Serviços Ambientais], que venha a garantir a continuidade da produção de água através do aumento das ações de proteção da UC [Unidade de Conservação], em função de um maior aporte de recursos financeiros a ser realizado pelos usuários”.

Entendendo que a agroecologia é “la ciencia que provee los conceptos y principios ecológicos y culturales para el diseño y manejo de agroecosistemas sostenibles”, o quinto artigo apresentado “Tipología y usos del suelo en agroecosistemas del Valle del Guamuez, Putumayo – Colombia” faz uma discussão acerca dos diferentes agroecosistemas existentes. Coexistem na região formas tradicionais de cultivo e exploração com formas modernas que procuram, em verdade, superar as limitações naturais próprias das condições ambientais da área. A degradação intensiva vem causando, segundo os autores “disminuciones que limitan significativamente las posibilidades de subsistencia y de acumulación de los habitantes locales”.

O problema do desenvolvimento sustentável é ainda discutido pelo próximo artigo da Revista “Establecimiento agroproductivo ecologico vs. agricultura convencional. Partido de Tandil. Provincia de Buenos Aires”. As autoras fazem um diagnóstico através de indicadores de sustentabilidade, de uma matriz de “debilidades-amenazas-fortalezas-oportunidades” e de entrevistas com os agricultores. A partir dessa análise são propostas correções dos pontos críticos detectados. Contrapondo-se aos sistemas modernos de exploração agrícola, o artigo parte do princípio que estes têm consequências negativas sobre toda a esfera socio-cultural, destruindo todo o conhecimento agrícola ancestral “porque se ignora aquella co-evolución que se ha producido entre la agricultura local y sus poblaciones originarias. Es de gran importancia el mantenimiento de la diversidad cultural para el sostenimiento de la diversidad biológica”. O “partido de Tandil” localiza-se no setor sudeste da Província de Buenos Aires, na Argentina e está, do ponto de vista fitogeográfico, na Província Pampeana.

A despeito dos discursos a respeito do fim do Estado, tão fortes no final do século XX, cada vez tornam-se mais necessárias pesquisas que procurem avaliar as políticas estatais envolvidas na organização do território. Nesse sentido, o trabalho “Fluidez territorial e logística: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Rio Grande do Norte” é de suma importância. O artigo demonstra que as políticas territoriais continuam apresentando grande relevância no Brasil, principalmente no que diz respeito aos transportes configurados hoje como um setor de logística enquadrado na lógica contemporânea do capitalismo. Os sistemas de engenharia envolvidos na fluidez sobre o território demandados pelo sistema econômico vigente são coordenados a partir do Estado que é o responsável pelas condições normativas e infraestruturais. Segundo o autor “O Rio Grande do Norte é um estado desigualmente composto, no qual coexiste, de um lado, uma estrutura arcaica de produção, e de outro, formas mais dinâmicas. Portanto, essas ações que modernizam a estrutura de transporte, criando novos sistemas de engenharia, convivem com outra estrutura, extremamente inadequada, como são, por exemplo, as rodovias estaduais”.

---

Desde a promulgação da Constituição brasileira de 1988, com o reconhecimento oficial das Comunidades Remanescentes de Quilombos, as particularidades dessas comunidades vêm ganhando foco cada vez maior entre os estudos científicos. O artigo “*Territorialidade e sociobiodiversidade na configuração do espaço produtivo da Comunidade Olho d’água dos Negros, no Município de Esperantina-PF*” avalia a relação entre os saberes locais e o manejo e uso de recursos naturais na organização do espaço produtivo em uma comunidade quilombola, a partir de elementos socioeconômicos e simbólico-culturais. O esforço recai sobre a avaliação do papel da sociobiodiversidade obtida através do extrativismo do “buriti”, com importantes consequências sobre a conservação ambiental e a valorização dos saberes locais.

O número apresenta ainda o artigo “*Caracterização morfológica e pedológica de uma depressão (Serra-ES-Brasil)*”. O objetivo principal do artigo, segundo os autores é “*caracterizar a cobertura e morfologia dos solos de uma depressão e levantar hipóteses de sua origem*”. A *Análise Estrutural da Cobertura Pedológica* foi utilizada como base metodológica, integrando o reconhecimento da cobertura pedológica a partir de 4 (quatro) etapas: i) Levantamento topográfico; ii) Tradagens; iii) Elaboração de toposequência e; iv) Abertura de trincheira. Os autores concluem que se “*observam claramente os acontecimentos simultâneos e/ou sequenciais dos materiais e formas do relevo, revelando a importância do estudo dos materiais em geomorfologia, desprezada por muito tempo ao longo de sua história, mostrando incongruência do querer entender a forma apenas pela forma e esquecendo sua sobreposição a uma matéria física (solos e rocha)*”.

Por fim, apresenta-se o trabalho “*Estimativa do balanço de radiação por sensoriamento remoto de diferentes usos de solo no sudoeste da Amazônia brasileira*”. O estudo tem como objetivo avaliar a distribuição espacial e temporal de estimativas de saldo de radiação e parâmetros biofísicos por sensoriamento remoto de diferentes usos do solo no sudoeste da Amazônia brasileira. “*O saldo de radiação, NDVI, índice de área foliar, albedo e temperatura radiométrica foram estimados pelo algoritmo SEBAL, usando imagens do sensor TM do satélite Landsat 5 em julho de 2009, 2010 e 2011*”. Basicamente, o estudo confirma que o desmatamento da Floresta Amazônica tem a capacidade de alterar a capacidade da superfície em reter energia.

A Revista Sociedade & Natureza agradece aos autores e também a todos os avaliadores que contribuem de forma decisiva para a manutenção de nossos trabalhos.

Rita de Cassia Martins de Souza  
Editora